

A (DES)CONSTRUÇÃO DA INFÂNCIA E O RACISMO NO CONTO “NEGRINHA” DE MONTEIRO LOBATO

*THE (DIS)CONSTRUCTION OF CHILDHOOD AND RACISM IN THE TALE
“NEGRINHA” BY MONTEIRO LOBATO*

Andressa Castilho Kaspary

Licencianda do curso de Letras Português e Inglês no IFRS Campus Feliz.
Email: andressakaspary@hotmail.com

Sílvia Letícia dos Santos

Licencianda do curso de Letras Português e Inglês no IFRS Campus Feliz.
E-mail: sleticiadosantos@gmail.com

Izandra Alves

Professora Doutora de Língua Portuguesa, Espanhola e Literatura no
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Campus Feliz.
E-mail: izandra.alves@feliz.ifrs.edu.br

Resumo

O presente trabalho tem como tema principal o racismo e o maltrato à infância, evidenciados no conto *Negrinha*, de Monteiro Lobato, publicado em 1920. Pretende-se trazer à baila a discussão acerca da construção da infância ao longo do tempo e de como sempre foi negligenciado esse direito aos negros, evidente no conto de Lobato. A infância de Negrinha é, também, a infância de muitas crianças brasileiras de ontem e de hoje que sentem na carne o preconceito racial e a discriminação que as afetam e atingem dia a dia nas favelas e ruas dos grandes centros brasileiros e no mais longínquo rincão desse grande país. A mentalidade escravocrata da elite brasileira é representada pela personagem dona Inácia, que se recusa em aceitar a condição de ex-dona de escravos. Ela é o retrato da crueldade de uma sociedade hipócrita, que mesmo após 30 anos da Lei Áurea, ainda possuía hábitos escravagistas por se considerar superior em função da cor de sua pele ou de suas condições sociais. Discute-se, neste texto, então, que a situação presenciada no conto é descortinada na atualidade, por vezes, de forma mascarada. A sociedade brasileira, apesar de julgar-se moderna, permanece sendo discriminatória, preconceituosa e racista, especialmente no que se refere ao trato com a infância negra. Para fortalecer esse debate, então, valemo-nos de pesquisas acerca da construção da infância ao longo do tempo e de teóricos estudiosos de Lobato que dialogam com escritores da modernidade a fim de discutir as questões de racismo que estão na vitrine, na atualidade.

Palavras-chave: Monteiro Lobato. Literatura Infância. Racismo

Abstract

The main theme of this paper is racism and child abuse, as evidenced in the short story *Negrinha*, by Monteiro Lobato, published in 1920. The intention is to bring up the discussion about the construction of childhood over time and how it has always been neglected this right to blacks, evident in Lobato's short story. *Negrinha's* childhood is also the childhood of many Brazilian children of yesterday and today who feel in their flesh the racial prejudice and discrimination that affect them and do it day by day in the favelas and streets of the great Brazilian centers and in the furthest corner of this great country. The slave elite mentality of the Brazilian elite is represented by the character Dona Inácia, who refuses to accept the condition of former slave owner. She is the portrait of the cruelty of a hypocritical society, which even after 30 years of the Lei Áurea, still had slave-like habits because it considered itself superior due to the color of its skin or its social conditions. It is discussed in this text, then, that the situation witnessed in the story is revealed at present, sometimes in a masked way. Brazilian society, despite considering itself modern, remains discriminatory, prejudiced and racist, especially when it comes to dealing with black children. To strengthen this debate, then, we used research on the construction of childhood over time and the theoretical scholars of Lobato who dialogue with modern writers in order to discuss the issues of racism that are in the window today.

Keys-words: Monteiro Lobato. Childhood Literature. Racism.

Introdução

No final do século XIX, o Brasil tinha como uma de suas leis, a Lei do Ventre Livre. Essa legislação determinava que os filhos de escravos fossem criados, alimentados, vestidos e educados pelos patrões como se fossem órfãos, mas, na verdade, isso não passava de uma espécie de escravidão, pois era a desculpa que precisavam para escravizar de forma legalizada.

A literatura brasileira possui vários autores e textos que abordam a temática escravocrata, porém, em sua maioria, seguem a visão de mundo do branco, como é o caso de Machado de Assis, por exemplo. No caso dos contos de Monteiro Lobato, essa regra permanece. Os narradores raramente assumem a identidade dos negros e colocam-se como espectadores ou protagonistas das ações.

A obra de Lobato intitulada *Negrinha*, de 1920, possui um conto de mesmo nome em que há uma clara relação de denúncia a toda hipocrisia de uma sociedade autoritarista, preconceituosa e que mesmo trinta anos após a Lei Áurea, permanece escravagista. Considerada de engajamento crítico e social, a obra faz várias demonstrações do pensamento

da época, que ainda não aceitava a abolição e preferia manter os privilégios dos brancos exploradores de mão-de-obra escrava. Monteiro Lobado não se acanhou para denunciar a real face da sociedade que, por vezes, foi maquiada por ele próprio. Dessa forma, neste trabalho, discutimos alguns elementos que apontam sobre como o autor se vale da literatura para tocar nesta chaga social, mesmo que se esquive de abordar a problemática do racismo como um problema estrutural e a falta de cuidado para com a infância como destino cruel destinado aos negros.

A principal denúncia no conto é a do disfarce que havia por trás das leis daquela época: o que deveria ser liberdade, na verdade era uma mentira socialmente bem elaborada, que era utilizada por todos os abastados da época, principalmente, aqueles que já haviam tido escravos, como a personagem do conto, D. Inácia. Essa personagem representativa da aristocracia, como muitos dos que não queriam perder seus privilégios, não aceitava a lei nem concordava em igualdade entre as raças e ela deixava isso bem claro, descontando sua frustração no tratamento injusto e maldoso que dava à pobre criança, que nem sabia o porquê disso.

Mesmo estando distanciado no tempo do regime escravocrata brasileiro, o conto traz à tona evidências de que há, ainda na atualidade, indícios desse abominável regime que serviu e engordou, durante muitos anos, a aristocracia brasileira. Nesse sentido, este texto discute como o autor apresenta o enredo e dialoga com as vozes das personagens e a realidade em que estão inseridas, ao mesmo tempo em que possibilita ao leitor contemporâneo movimentar-se pela trama intensamente dolorida e que, infelizmente, ainda nos é tão fácil de visualizar.

1 A infância em foco

Segundo Ana Cristina Dubeux Dourado (2009), as crianças passaram a ter maior visibilidade ao final do século XIX, quando alguns cientistas passaram a estudar com maior intensidade a diferença entre a infância e a vida adulta, a fim de pensar sobre teorias da evolução. A autora também relata que os principais motivos pelos quais se passou a pensar na

infância, foram os processos sociais e econômicos que embasam o capitalismo. As crianças passaram a ter uma nova função social, o que despertou maiores preocupações na sociedade em relação à infância. De acordo com o site da UNICEF:

Nos países industrializados do início do século XX, não havia padrões de proteção para crianças. Era comum elas trabalharem ao lado de adultos em condições insalubres e inseguras. O crescente reconhecimento das injustiças de sua situação, impulsionado por uma maior compreensão das necessidades de desenvolvimento das crianças, levou a um movimento para melhor protegê-las. (UNICEF).

Quando pensamos em sociedade, deve-se levar em conta a segregação entre pobres e ricos, em uma esfera nacional e internacional. Para cada modo de existir, a partir das constatações de Dourado (2009), existe uma distinção significativa em como as políticas públicas em relação à infância e, principalmente, à mortalidade infantil vão ser enfrentadas e aplicadas de acordo com cada classe social. Também, essas políticas, passam a ser um assunto público, e não mais individual.

Se na Europa, ao final do século XIX, o Estado se preocupa em garantir algum tipo de acesso a serviços públicos para a população como um todo, nos países colonizados ou recém-independentes será a elite a se beneficiar de maneira quase exclusiva do acesso a políticas destinadas à infância. (DOURADO, 2009, p. 3).

No Brasil, a ação de médicos higienistas para acabar com a febre amarela e a varíola, de acordo com Dourado (2009), foi uma forma expressiva de proteção à infância e à mortalidade infantil. Nesta época, também ocorreu uma difusão enorme de conhecimento em jornais e cartilhas, que davam dicas às mães sobre cuidados e proteção, porém, como ressaltado no parágrafo anterior, estas informações alcançavam, majoritariamente, as classes mais abastadas.

A criança passou a ser examinada minuciosamente e tudo o que se referia ao mundo infantil virou objeto de interesse dos meios de comunicação. Houve também um grande investimento em produtos de consumo dirigidos às crianças, desde os que eram usados pelos pais para cuidar de seus filhos até os brinquedos e livros destinados ao entretenimento do público infantil. Nas escolas, novos recursos começaram a fazer parte da aprendizagem que, aos poucos, foi evoluindo de uma mera repetição de textos bíblicos ou de livros clássicos para incorporar recursos

visuais, instrumentos musicais, equipamentos esportivos e outros elementos lúdicos. (DOURADO, 2009, p. 4).

Dourado (2009) retrata que pensar no desenvolvimento do ser humano, analisando a infância e modificar o modo de trabalho pedagógico, bem como, todo processo que envolva políticas higienista, com cartilhas e campanhas de vacinação era de certa forma, uma maneira de indicar o desejo da sociedade de compreender a infância e qualificar o futuro dos cidadãos.

Uma educação voltada para convenções e privilégios, para atender às expectativas de ascensão social e de progresso econômico é a que vai se firmando no ideário das elites brasileiras em relação a seus filhos. Sentimos, ainda hoje, os ecos desse desequilíbrio. Nos tempos atuais, parece que saímos dessa fase de “descoberta” da infância, de deslumbramento frente a esse mundo encantado onde as promessas de um novo mundo ou de uma continuidade positiva frente ao futuro era a tônica. O sentimento diante da infância é hoje um misto de espanto e pena, a depender das condições de vida das crianças às quais nos referimos. (DOURADO, 2009, p. 11).

Desta forma, compreende-se que muitas questões que envolvem a proteção à infância estão ligadas diretamente a aspectos socioeconômicos, de modo que as crianças menos abastadas sofrem com o descaso e com a necessidade de enfrentar situações perigosas para sua subsistência, afastando-as dos seus direitos básicos. Infelizmente, assim era no início do processo de olhar para a infância como tal e que se mantém até os dias atuais.

Sabe-se que antes do Brasil ser colonizado, existiam crianças vivendo de uma forma plural, seguindo os costumes de cada tribo. O costume era de que, até chegarem à puberdade, essas crianças assumiriam funções em suas aldeias preparando-se para a vida adulta. Então, a partir da colonização,

Crianças indígenas foram escravizadas, acompanhadas ou não de suas famílias. Ao longo da história colonial brasileira, mesmo quando a legislação indigenista proibiu o trabalho escravo, a venda de crianças indígenas por seus próprios pais tornou-se uma prática corrente no país, iniciando no século XVI e mantendo-se até meados do século XIX, como mostra o relato de um viajante europeu, Thomas Ewbank: “Os índios aparecem para serem escravizados tanto quanto os negros; no Rio de Janeiro muitos deles têm sido negociados. Antes era muito difícil conseguir um indiozinho por menos de setenta mil réis, mas agora os seus pais, não tendo nada o que comer, oferecem-nos de bom gosto por dez”. (EWBANK, 1850 *apud* DOURADO, 2009, p. 12).

Muito pouco se fala da escravização de crianças indígenas, contudo, o pesquisador traz estes dados que vêm descortinar a ideia de que os colonizadores queriam apenas salvar almas. Para além de colocar Deus no coração do infiel, Dourado (2009) também relata a intenção dos invasores brancos de lucrar com os corpos dos pele-vermelha. A utilização de crianças em práticas mercantis foi uma constante dentre os indígenas, se estendendo entre os negros durante o império e, infelizmente, ainda hoje entre os mais miseráveis. Nos primeiros tempos, eram recrutadas em áreas urbanas para viajar até as colônias, a fim de completar a tripulação. Dependendo para onde iriam, eram utilizadas para o trabalho braçal. Suas remunerações eram mais baixas, além de sofrerem com maus tratos e abusos sexuais.

Nos navios negreiros que traziam escravos da África, as crianças embarcadas viveram condições de vida muito piores. No século XVIII, cerca de 4% dos escravos que desembarcavam no porto do Valongo, no Rio de Janeiro, eram crianças de menos de 10 anos de idade. Apesar de terem priorizado os adultos do sexo masculino, os mercenários e comerciantes que atuavam no tráfico negreiro capturavam crianças na sua passagem por várias tribos africanas. Depois de um trajeto quase sempre realizado dentro dos porões dos navios, as crianças eram expostas nos mercados públicos para serem vendidas aos senhores de engenho ou a pessoas de poder aquisitivo suficiente para manter um escravo. (DOURADO, 2009, p. 13).

Muitos fazendeiros compravam mulheres, escravizando-as em período fértil, o que garantiria que os filhos(as) dessas mulheres nascessem nas fazendas, tornando-se assim, também uma propriedade (DOURADO, 2009). Nesta época, uma grande quantidade de crianças morreu ainda bebês, indicando níveis altíssimos de mortalidade infantil. Já as crianças saudáveis, iniciavam trabalhos diversos desde muito pequenas. “Muitas vezes as crianças escravas eram separadas de seus pais e, segundo censos realizados no Brasil nos séculos XVIII e XIX, já desde os três anos de idade as crianças negras apareciam como destinadas ao trabalho doméstico ou a atividades agrícolas” (DOURADO, 2009, p. 13). E por outro lado, as crianças mais abastadas financeiramente, aprendiam a reproduzir o comportamento hostil e agressivo para com os negros, criando assim uma grande estrutura que é, infelizmente, perpetuada na sociedade brasileira até os dias de hoje e que é,

incansavelmente, tentativa de desconstrução por grupos defensores dos direitos humanos e antirracistas.

Esta estrutura criada no período escravocrata permanece mesmo depois da liberação dos escravos, de forma que eles continuaram a assumir as suas funções domésticas no cotidiano. Sem muita perspectiva, a partir das constatações de Dourado (2009), crianças, com esperança de conquistar um espaço na sociedade, migravam para a cidade, onde eram exploradas, já que a urbanização possibilitou diversas formas de praticar o trabalho infantil.

O senso comum, e mesmo uma parte importante do pensamento político e intelectual do país, via o trabalho como espaço de formação e redenção da infância desfavorecida. Desde o início do século XX, o Estado nos seus variados níveis passou a aplicar medidas de repressão à delinquência e à vagabundagem, enviando crianças e adolescentes para trabalharem em oficinas, fábricas ou propriedades agrícolas. (DOURADO, 2009, p. 18).

Neste período, a pedagogia em relação às crianças passou a ser encarada ainda mais como um processo de preparação para o trabalho, ensinando-as, principalmente, as tarefas manuais, contribuindo ativamente para que posteriormente pudessem ser exploradas. O trabalho infantil, e as crianças que compõe essa triste, real e contemporânea história, passaram a ser reconhecidos, de fato, somente no século XX, embora tendo contribuído, mesmo que de uma forma árdua e penosa, com toda construção do país.

Após um século, a realidade do trabalho infantil denuncia a desigualdade social do Brasil, trazendo dados que preocupam, pois escracham o descaso com a infância e o racismo que é algo estrutural. Segundo a UNICEF, em julho de 2019:

No Brasil, 2,5 milhões de meninas e meninos de 5 a 17 anos são explorados por trabalho infantil remunerado e/ou doméstico (Pesquisa Bem-estar e privações múltiplas na infância e na adolescência no Brasil, UNICEF com base na Pnad 2015). Desses, 400 mil são crianças de 5 a 9 anos. Outros 915 mil têm entre 10 e 13 anos – idade em que trabalhar é proibido por lei. Os demais 1,18 milhão têm entre 14 e 17 anos e trabalham fora das regras permitidas por lei. (UNICEF, 2019).

Ainda neste mesmo artigo, a UNICEF ressalta que devemos proteger as crianças contra o trabalho infantil, elencando os prejuízos desta prática para o desenvolvimento físico e intelectual dos menores. O documento reforça, ainda, a urgência e necessária validação do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), o que pode garantir condições para que possam viver de uma forma saudável.

2. Negrinha, de Monteiro Lobato, e a infância desfocada

O conto se passa no final do século XIX e início do século XX, período após a abolição e conta a história de uma criança negra, órfã, filha de escrava e que vive na casa de Dona Inácia, viúva, senhora da aristocracia e sem filhos. O fato de os escravos agora serem livres não a agradava nem um pouco e a única razão pela qual ela mantinha a criança em sua casa era para poder extravasar sua raiva e descontentamento, dando à criança os mais duros e rígidos castigos, tanto físicos, por meio de beliscões, tapas e cocres, como verbais, por meio de xingamentos e palavras duras.

(...)” — Traga um ovo!!

Veio o ovo. D. Inácia mesma pô-lo na chaleira de água a ferver e, de mãos à cinta, gozando-se na prelibação da tortura, ficou de pé uns minutos, à espera. Seus olhos contentes envolviam a mísera criança que, encolhidinha a um canto, trêmula, olhar esgazeado, aguardava alguma coisa de nunca visto. Quando o ovo chegou a ponto, a boa senhora exclamou: — Venha cá!! Negrinha aproximou-se. — Abra a boca!! Negrinha abriu a boca, como o cuco, e fechou os olhos. A patroa então, com uma colher, tirou da água “pulando” o ovo e zás! na boca da pequena. E antes que o urro de dor saísse, prática que era D. Inácia nesse castigo, suas mãos amordaçaram-na até que o ovo arrefecesse. Negrinha urrou surdamente, pelo nariz. Esperneou. Mas só. Nem os vizinhos chegaram a perceber aquilo. Depois: — Diga nomes feios aos mais velhos outra vez!! Ouviu, peste?? E voltou contente da vida para o trono, a virtuosa dama, a fim de receber o vigário que chegava”. (LOBATO, 2012, p.2)

O que leva o leitor do século XXI a acreditar que Monteiro Lobato utilizou-se do conto para criticar o regime escravocrata é o tom crítico com intenção de denunciar a terrível situação em que viviam os ex-escravos e sua descendência no Brasil. Em diferentes trechos

do conto, percebe-se a menção a uma sociedade extremamente discriminatória, preconceituosa e escravagista.

(...) A excelente D. Inácia era mestra na arte de judiar de crianças. Vinha da escravidão, fora senhora de escravos e daquelas ferozes, amigas de ouvir contar o bolo e estalar o bacalhau. Nunca se afizera ao regímen novo — essa indecência de negro igual a branco; e qualquer coisinha, a polícia!! “Qualquer coisinha”; uma mucama assada ao forno, porque se engraçou dela o senhor; uma novena de relho, porque disse: — “Como é ruim, a sinhá!”... O 13 de maio tirou-lhe das mãos o azorrague, mas não lhe tirou da alma a gana. Conservava, pois, Negrinha em casa como remédio para os frenesis. Simples derivativo. — Ai! Como alivia a gente uma boa roda de cocres bem fincados!... LOBATO, 2012, p.1)

Por estes e outros elementos distintos é que o conto *Negrinha* é considerado pela crítica uma narrativa das mais emocionantes do autor. O texto relata uma época que foi marcada pelo preconceito racial e autoritarismo que, infelizmente, deixou raízes ainda hoje muito fortes. De posse desse conhecimento de crítica de Monteiro Lobato, podemos perguntar: o conto *Negrinha* trata-se de exemplo de racismo cometido pelo autor ou de uma crítica ao regime escravocrata?

Polêmico e genial, Monteiro Lobato representava uma literatura que tinha compromisso com o engajamento social. Ele questionava e denunciava os preconceitos e hipocrisias da época, tendo a novidade e a polêmica como marcas registradas em seus escritos que denunciavam a miséria humana.

Contudo, o que intriga muitos leitores é o fato de que, desde o título da obra *Negrinha*, onde ele utiliza o sufixo *inha*, até a descrição da personagem, nota-se um tratamento pejorativo dado à personagem principal do conto: “ (...) uma pobre órfã de sete anos. Preta? Não, fusca, mulatinha escura, de cabelos ruços e olhos assustados”(LOBATO, 2012, p.1). Sabe-se, contudo, que o autor traz marcas de uma época e, por isso, seus textos trazem termos considerados racistas e dignos de serem censurados. Esta forma utilizada pelo autor de referir-se a personagem negra ganha, ao longo da história, tanto defensores quanto acusadores. Na atualidade, os grupos que estudam questões raciais rechaçam o uso de termos como estes.

“Fusca e mulatinha” são, unanimemente, vocábulos desprezados por pesquisadores da cultura afro-brasileira, conforme explica o colunista da revista Carta Capital.

Trata-se de uma palavra de origem espanhola que vem de “mula” ou “mulo”, fazendo referência àquilo que é híbrido em relação ao cruzamento de espécies. Mulas são animais nascidos do cruzamento dos jumentos com éguas ou dos cavalos com jumentas. Refere-se, portanto, a uma expressão pejorativa que indica mestiçagem, mistura imprópria. Utilizado desde o período colonial, essa palavra era empregada para designar pessoas negras de pele mais clara, frutos dos estupros sistemáticos de [mulheres escravizadas](#) pelos senhores de engenho. (RIBEIRO, Djamila. O teu discurso não nega, racista. **Carta Capital**, 10 de fevereiro de 2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/o-teu-discurso-nao-nega-racista/>. Acesso em: 17 nov.2020)

Como o contexto de criação e publicação da obra de Lobato não é o período colonial, é bastante questionável a preferência do autor por determinados termos. Muitos críticos, como o colunista do portal Geledés, Maurício Dias, afirmam que Monteiro Lobato, além de racista empedernido, era seguidor e admirador da Ku Klux Klan, no Brasil. Diz Dias que “Lobato, um influente autor brasileiro do século XX, era racista de perigosa influência nos bancos escolares, consumido com avidez pelas crianças” (DIAS, 2013).

Para além dos termos escolhidos pelo autor para detalhar o ocorrido no conto, nota-se que Lobato faz questão também de evidenciar as características não somente físicas de Negrinha, mas mostrar seu estado psicológico e seus sentimentos: “Negrinha, coisa humana, percebeu nesse dia que a boneca tinha alma” (LOBATO, 2012 p.4). A coisa humana, permite aproximar leitor e personagem através do viés do sentimento de pena, de comoção. Isso porque a negra não tinha alma, era apenas uma “coisa humana”, enquanto a boneca era dotada de espírito vital.

A personagem vive em um meio social de injustiça, preconceito e hipocrisia, com uma sociedade ainda escravocrata debatendo-se para aceitar a liberdade de seus escravos, apesar de já existir a Lei Áurea. Ele deixa isso claramente representado em D. Inácia, que agride a menina constantemente e sem piedade, mas que é valorizada por seu título, posição social e falsas virtudes.

A diferença aparece até mesmo na descrição das personagens, com suas diferenças gritantes. Enquanto uma nem nome tem, outra é denominada por uma forma respeitosa de

tratamento antes do nome: dona. Uma usa a razão e tem posição confirmada na sociedade, a outra é inocente, como se nem mesmo existisse e é, frequentemente, humilhada pelos outros. O fato da menina não possuir uma identidade demonstra que ela nem é considerada um ser humano para os demais, sendo apenas um objeto ou animal de estimação que precisa ser domesticado.

Cabe destacar que a representação do negro/escravo nas obras de Monteiro Lobato, pode não só agregar um conhecimento maior desse importante escritor brasileiro, mas também trazer um novo olhar para o fato de que literatura, sociedade, história e política possuem fatos que se entrelaçam. É certo que, por várias gerações, as obras de Lobato inundaram o imaginário de curiosas crianças que, hoje adultas, trazem em si, muito de cada personagem e de cada história carregada de mistério, aventura e, no entender de muitos, de preconceito.

Não há como negar que houve escravidão no Brasil, é um fato histórico, registrado. Essa escravidão foi cruel e levou séculos para ser exterminada legalmente. A sociedade tinha a mentalidade de que os negros eram menos inteligentes, inferiores e deviam ser submissos. Tais constatações podem ser notadas nos textos de Lobato, quando lembramos de personagens como o Saci (negrinho arteiro e malvado), a tia Nastácia (cozinheira não muito inteligente) e a Negrinha (ingênua que serve para apanhar).

Considerações Finais

Negrinha, a personagem principal do conto, é uma criança negra, que assim como todas as crianças negras da época, sofria com a invisibilidade, ou então, com os maus tratos vindo de pessoas brancas pertencentes a famílias abastadas, que se julgavam superiores em função de sua cor da pele, escolhas e suas condições de vida.

O conto de Lobato traz apontamentos fortíssimos, capazes de causar mal-estar em quem o lê. Relata os castigos físicos e psicológicos que Negrinha sofria, ao mesmo tempo em que aponta um moralismo hipócrita que era usado como argumento por sua senhora, D. Inácia, como percebemos em inúmeras passagens do texto.

Se por um lado a crítica vê um Monteiro Lobato aclamado como o patrono da literatura infantil brasileira, como destaca Alfredo Bosi (2006), quando diz que “antes de tudo, um intelectual participante que empunhou a bandeira do progresso social e mental de nossa gente. E esse pendor para a militância foi-se acentuando no decorrer da sua produção literária” (p.215), por outro, nota-se, principalmente, na atualidade, um escritor que escancara através de seus textos, a sua aproximação/inclinação com o preconceito para com os negros.

O autor não deixa de falar na crueldade do regime escravagista, contudo, não toca no cerne do debate que é a verdadeira liberdade do povo negro e a luta por assegurar seus direitos. São várias as passagens no conto de Lobato onde podemos observar a maldade da patroa para com a criança. É o caso do castigo com o ovo quente, quando a menina, para proteger o pouco de comida que ganhava, quando a empregada lhe rouba um pedaço de carne do prato, usa o mesmo termo que sempre usaram para ela e que, agora, transfere a outro. Não sabia ela que aquele termo era guardado apenas para ela e descobriu de forma muito dolorida, que ela não tinha o mesmo direito dos outros. Como resultado da petulância da Negrinha, vem a punição: D. Inácia ferveu um ovo até a chaleira chiar e quando estava fervendo, o colocou dentro da boca da menina, como castigo por ter falado de forma mal educada com a criada. Assim, o narrador salienta a hipocrisia da mulher, e a forma como é absolvida de suas culpas, se é que existem!

Vivendo e conhecendo a sociedade atual e moderna em que vivemos, cabe perguntar: será que era só a sociedade daquela época que era racista, preconceituosa, autoritária e que fechava os olhos para a infância e seu abandono? Infelizmente, podemos responder com segurança que não. A sociedade continua sendo discriminatória, preconceituosa, autoritarista e racista. Infelizmente, no trato com a infância, esse comportamento se agrava. O que se nota é que, da mesma forma que ocorria no início do século, os mandos e desmandos dos escravocratas da época e dos racistas de hoje, prevalecem e a violência contra negros e negras continua muito forte e evidente, evidência esta que da mesma forma como é apontada, superficialmente, por Lobato no texto de 1920, é, hoje, escancarada nas telas de televisão e nas redes sociais, contudo, não passa de barulho, de cortina de fumaça. As reais

transformações devem ser muito mais profundas. O que vemos é um descaso para com a infância como um todo, mas, principalmente, com a negra. Nas comunidades mais pobres, majoritariamente negra, as mães trabalhadoras não têm vagas em creches e escolas para seu auxílio e, assim, muitas crianças ficam à mercê da própria sorte: uma questão de sobrevivência!

Exemplos de racismo não faltam e são constantes os relatos publicados nas mídias nos dias atuais. Na São Paulo Fashion Week, há pouco tempo atrás, um dos expositores, dono de grife e empresário, mesmo tendo a credencial, foi barrado na entrada. Motivo? Ele era negro. Só foi liberado após o segurança telefonar para seus superiores e ouvir a confirmação de que o cidadão era quem dizia ser; a palavra, os documentos e as credenciais dele não valeram de nada. Por quê? Porque ele é negro.

Podemos citar outros inúmeros casos de racismo, como o do jogador que foi chamado de macaco quando foi bater um escanteio ou a apresentadora do Jornal Nacional, Maju, quando foi insultada nas redes sociais por extremistas políticos que usaram termos de baixo calão, e expressões extremamente racistas. Estes exemplos só mostram como o racismo continua vivo e presente em nossa sociedade atual. Está presente em pensamentos e atitudes que afastam e separam as pessoas, por preconceitos, falsos valores e sensação de superioridade. No que diz respeito às crianças, então, há o revoltante caso da mãe que levou o filho para o trabalho, em condomínio de luxo, no Ceará, e, ao levar o cachorro da madame para o pátio, deixou o pequeno filho (Negrinha?) aos cuidados da “D. Inácia da atualidade” que negligenciou sua presença e o garoto caiu do prédio o que ocasionou sua morte. A infância negra é tão invisível assim?

O que vemos cada vez mais são dados denunciados por ONGs que apontam o extermínio de crianças e adolescentes negros em favelas brasileiras. Ao atingirem a idade possível para inflarem os Centros de Acolhimento socioeducativos, é para lá que vão, um preparo para posteriormente adentrarem no mundo do crime e da prisão. É neste momento, quando se tornam uma ameaça para os “donos da senzala” da atualidade, que a infância deixa

de ser invisível e, então, precisa de punição e o mais fácil e seguro é o extermínio ou colocá-la atrás das grades.

Os casos citados anteriormente, deram vazão a essa discussão sobre o racismo no Brasil por se tratarem de pessoas famosas, mas sabemos que Brasil afora ainda há muitos casos diários de racismo com cidadãos comuns, seja de maneira explícita ou velada. Uma piada de mau gosto, a proibição de entrar em determinado local em função da cor ou até mesmo agressão física, estão aí para comprovar e provar que o racismo ainda é muito presente no dia-a-dia da nossa sociedade e ainda há muito a ser feito para mudar esse fato. Percebe-se, então, que não só de ovos quentes na boca são calados os negros nesta sociedade.

Se no imaginário infantil dos adultos de hoje está uma velha negra de inteligência duvidosa que, constantemente, é chamada de macaca pelo narrador das histórias, ou uma menina negra que sofre calada sem contestar, ou um menino negro com deficiência que apronta todas as malandragens possíveis, dentre tantos outros exemplos, sem ver nisso mal algum e tendo o mediador negligenciado a necessária discussão acerca desse tratamento dado às personagens, como esses leitores vão construir sua imagem sobre os negros? Se o maior escritor da literatura infantil brasileira traz à baila a temática da escravidão em seus textos destacando a submissão como destino dado aos negros e negras que aceitam, passivamente, esta condição, como será possível construir a imagem dos negros e negras reais que são guerreiros, bravos lutadores de seus direitos se ninguém fará a ponte da desconstrução?

Assim, cabe, principalmente, aos professores de Literatura a tarefa de abrir o debate a partir dos importantes textos de Lobato acerca deste tema. A arte da palavra literária deve servir para emancipar os leitores, para abrir o diálogo entre texto-leitor-autor a fim de que se descubram, redescubram e ressignifiquem. Censurar os textos de Lobato não farão com que as crianças não se tornem racistas. O debate precisa existir. A infância de Negrinha precisa vir à tona e comparada com tantas outras que, como ela, são impedidas de terem uma vida digna, de terem acesso à alimentação, à saúde, à educação. A literatura deve ser a ponte entre os mundos e não os muros entre eles.

É preciso que, principalmente, a escola perceba que no conto em questão a infância roubada é evidente. Esse assunto precisa vir à tona. Desde muito tempo a infância para uma classe social é mais “ovo quente na boca que para outra”. Assim, excluir Lobato das discussões na escola não é o correto. Ele precisa estar no centro do debate. Trazer à baila a questão de que os filhos dos escravizados não tiveram, ao longo da história, e ainda hoje não têm, as oportunidades de vivenciar a infância da mesma maneira que os brancos.

Para além dessa relação do passado, pode-se fazer também, a aproximação com a contemporaneidade. Atualmente, sabe-se que muitas dessas práticas ocorrem de forma velada. A criança foi desumanizada ao longo dos anos, sobretudo a criança negra. Pois, por um contrato social, estas crianças foram vilipendiadas, contribuindo para manter o racismo estrutural.

Desde quando o tema da infância e da adolescência ingressou como expediente do reconhecimento e, portanto, da garantia de direitos, o que só ocorreu na ascensão do período moderno o Estado brasileiro, de base escravagista, sempre desconsiderou solenemente os direitos da criança. Algumas mudanças foram sopradas com os ventos da Constituição de 1988, que pavimentou o caminho do Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA. Mas, ora, ora, eis que em pleno 2021 retrocedemos nas denúncias e reivindicações. Quando se trata de uma criança negra, pobre, moradora das franjas das metrópoles brasileiras, que ganha em Achille Mbembe à designação de topografias da crueldade, o que está em causa é a proteção da vida contra balas de fuzis. Se realmente nos deixarmos afetar pela imagem do pai e da sobrinha das meninas cimentando o túmulo das duas, atestaremos o quanto tais mortes nos devolvem ao território da barbárie, por cujas fronteiras nunca deixamos de habitar. (BORGES, 2020).

A luta em relação à desconstrução do racismo, e à proteção da infância precisa ser contínua, a ponto de que o mal-estar que se sente ao ler *Negrinha*, tome uma proporção ainda maior quando se depara com o preconceito racial cotidiano, no mercado, na farmácia, no almoço do domingo. Precisa-se admitir que somos uma sociedade racista e que será necessária muita luta para que haja uma desconstrução real dessa estrutura cruel do racismo.

REFERÊNCIAS

DOI: <https://doi.org/10.29327/232521.8.2-2>

BORGES, ROSANE. Mortes de crianças negras e apartheid balístico. Isto É, edição de 18/12/2020. Disponível em: <https://istoe.com.br/mortes-de-criancas-negras-e-apartheid-balistico/>. Acesso em: 18 dez. 2020.

BOSI, Alfredo. **História concisa da Literatura Brasileira**. 43. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

DIAS, Mauricio. Monteiro Lobato, racista empedernido. **Geledes**, 2013. Disponível em < <https://www.geledes.org.br/monteiro-lobato-racista-empedernido/>>. Acesso em: 17 nov. 2020.

DOURADO, Ana Cristina Dubeux. **História da infância e direitos da criança**. Salto para o futuro. Edição especial, ano XIX, n.10. set.2009. Disponível em: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000012184.pdf>

HISTÓRIA DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS. Unicef. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/historia-dos-direitos-da-crianca>>. Acesso em: 02/12/20.

É PRECISO PROTEGER AS CRIANÇAS CONTRA O TRABALHO INFANTIL. Unicef, 05/07/2019. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/eh-preciso-protger-criancas-contr-o-trabalho-infantil>>. Acesso em: 15/12/20.

LOBATO, Monteiro. **Negrinha**. Biblioteca Azul. Editora Globo, São Paulo, 2012.

NOGUEIRA, PAULO. Monteiro Lobato não faz o leitor se tornar racista. Estado de Minas. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/pensar/2019/10/11/interna_pensar,1091822/monteiro-lobato-nao-faz-o-leitor-se-tornar-racista.shtml. Acesso em: 16 dez.2020.

RIBEIRO, Djamila. O teu discurso não nega, racista. **Carta Capital**, 2017. Disponível em <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/o-teu-discurso-nao-nega-racista/>>. Acesso em: 17 nov. 2020.

Submetido em: 19/04/2021

Aprovado em: 16/02/2022